



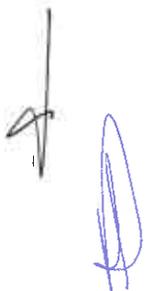
Invest – Gestão de Activos, SGOIC, SA

RELATÓRIO E CONTAS

2023

Relatório do Conselho de Administração Executivo

1. Órgãos Sociais
2. Enquadramento Macroeconómico, Mercados Financeiros e Mercado Imobiliário
3. Actividade desenvolvida pela Sociedade
4. Resultados Apurados e sua Aplicação
5. Agradecimentos Devidos
6. Balanço e Demonstração de Resultados
7. Anexo às Demonstrações Financeiras
8. Certificação Legal das Contas
9. Relatório e Parecer do Conselho Geral e de Supervisão



Relatório do Conselho de Administração Executivo

1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Ferreira da Silva

Secretários

Helena Isabel Nunes Menúria Neves

Paula Alexandra Silva dos Santos Viegas

Conselho de Administração Executivo

Presidente

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

Vogal

Paulo Rui dos Prazeres Vitor Monteiro

Conselho Geral e de Supervisão

Presidente

Luis Alberto Monsanto Póvoas Janeiro

Vogais

Diogo Luís Ramos de Abreu

Sara Maria Fernandes Alves

Revisor Oficial de Contas

Efectivo

Martins Pereira João Careca & Associados SROC Lda

Suplente

Elsa Maria Trindade Gomes Cancio Martins



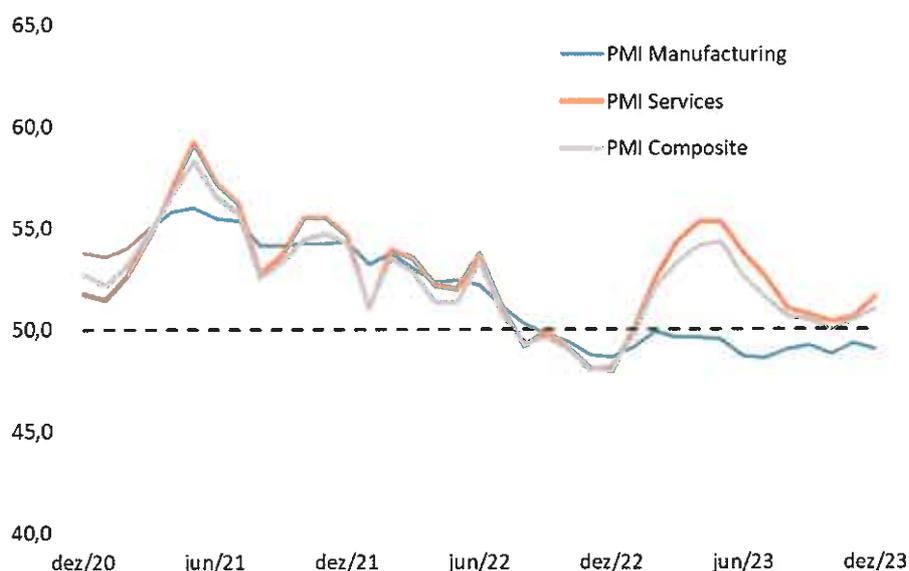
2. Enquadramento Macroeconómico e Mercados Financeiros

Economia global

O desempenho da economia mundial surpreendeu pela positiva em 2023, excedendo as expectativas mais optimistas: apesar da forte subida das taxas de juro, a economia norte-americana revelou-se particularmente resiliente; a Europa reduziu a dependência do gás russo, evitando a catástrofe económica; e, a inflação global diminuiu de forma significativa sem um grande impacto em termos de desemprego.

Porém, o cenário económico global está em mudança. A maior subida de taxas de juro em mais de quatro décadas acabou por travar menos do que o receado o crescimento em 2023, mas o desfasamento entre os efeitos da alteração das políticas monetárias e os seus impactos na economia real sugere que os riscos de um abrandamento mais pronunciado, ou mesmo uma recessão, permanecem elevados em 2024, conforme é possível antecipar pela evolução recente dos índices PMI, em particular nos sectores industriais.

Índices PMI Globais



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-23

De acordo com as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), de Janeiro de 2024, a economia mundial deverá crescer 3,1% em 2024, sem alteração face a 2023, apesar de condicionada pelas ainda altas taxas de juro, pelo prolongamento da guerra da Rússia na Ucrânia, pelas tensões entre os Estados Unidos e a China e, mais recentemente, pelo conflito em curso no Médio Oriente, que poderá conduzir a um aumento dos preços do petróleo,

impactando negativamente a actividade económica. Por sua vez, antecipa-se que a taxa de inflação média global, que em 2023 se situou nos 6,8%, diminua para 5,8% em 2024, e para os 4,4% no final de 2025.

Estimativas para crescimento do PIB e Inflação

	Cresc. Real PIB			Inflação		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Economia Mundial	3.1%	3.1%	3.2%	6.8%	5.8%	4.4%
Estados Unidos	2.5%	2.1%	1.7%	4.1%	2.8%	2.4%
Zona Euro	0.5%	0.9%	1.7%	5.6%	3.3%	2.2%
Alemanha	-0.3%	0.5%	1.6%	6.3%	3.5%	2.2%
França	0.8%	1.0%	1.7%	5.6%	2.5%	2.0%
Espanha	2.4%	1.5%	2.1%	3.5%	3.9%	2.1%
Portugal	2.3%	1.5%	2.2%	5.3%	3.4%	2.4%
Reino Unido	0.5%	0.6%	1.6%	7.7%	3.7%	2.1%
Países Emergentes	4.1%	4.1%	4.2%	8.5%	7.8%	6.2%
China	5.2%	4.6%	4.1%	0.7%	1.7%	2.2%
Índia	6.7%	6.5%	6.5%	5.5%	4.6%	4.1%
Brasil	3.1%	1.7%	1.9%	4.7%	4.5%	3.0%
Rússia	3.0%	2.6%	1.1%	5.3%	6.3%	4.0%

Fonte: FMI, Janeiro de 2024. Taxas de inflação média no período.

Estados Unidos

A economia norte-americana expandiu 3,3% (taxa anualizada) no quarto trimestre de 2023, muito acima das previsões dos analistas de 2,0% e após os 4,9% registados no trimestre anterior. O consumo privado abrandou ligeiramente (2,8% vs 3,1% no trimestre anterior), liderado pelo consumo de bens (3,8% vs 4,9%), enquanto o consumo de serviços aumentou mais rapidamente (2,4% vs 2,2%), liderado por serviços de alimentação, alojamento e cuidados de saúde. As exportações aceleraram (6,3% vs 5,4%) e as importações cresceram menos (1,9% vs 4,2%). Destaque ainda para o investimento residencial, que continuou a crescer, embora a um ritmo mais lento. Desta forma, considerando o total do ano de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos cresceu 2,5%, o que compara com os 1,9% registados em 2022 e com a estimativa da Reserva Federal (FED) de 2,6%.

PIB dos Estados Unidos (variação anual)



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-23

A taxa de inflação anual acelerou para 3,4% em Dezembro de 2023, face aos 3,1% registados em Novembro, e acima das previsões dos analistas de 3,2%. Os custos com energia caíram 2,0% (vs -5,4% em Novembro), com a gasolina a cair 1,9% e o gás público canalizado a diminuir 13,8%. Por sua vez, os preços aumentaram a um ritmo mais lento na alimentação (2,7% vs 2,9%), alojamento (6,2% vs 6,5%) e veículos novos (1,0% vs 1,3%). Excluindo os custos com alimentação e energia, a taxa de inflação subjacente abrandou para os 3,9% (4,0% em Novembro), mas igualmente acima das expectativas dos analistas de 3,8%.

Por sua vez, a taxa de desemprego encerrou o ano de 2023 nos 3,7%, sem variação face ao mês anterior e ligeiramente abaixo do esperado (3,8%). O número de desempregados aumentou em 6 mil, para os 6,27 milhões, enquanto o número de pessoas empregadas diminuiu em 683 mil, para os 161,2 milhões. No início de 2023, a taxa de desemprego situava-se nos 3,4%. Apesar da subida das taxas de juro e do aumento da taxa de desemprego, o índice de confiança dos consumidores terminou o ano nos 108 pontos, praticamente inalterado face ao final de 2022, assim como a taxa de poupança das famílias (3,7%).

Taxa de Inflação dos Estados Unidos



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-23

De acordo com as últimas estimativas do FMI, a economia norte-americana, após o crescimento de 2,5% registado em 2023, deverá expandir 2,1% e 1,7%, em 2024 e 2025, respectivamente. Por sua vez, antecipa-se que a taxa de inflação média no período, que em 2023 se situou nos 4,1%, diminua para 2,8% em 2024, e para 2,4% no ano seguinte.

Zona Euro

A economia da Zona Euro estagnou em cadeia, no quarto trimestre de 2023, após ter contraído 0,1% no trimestre anterior, e abaixo do esperado pelo mercado (0,1%). Desta forma, a Zona Euro evitou a recessão técnica no final de 2023, num contexto de crescimento acima do esperado em Espanha (0,6%) e Itália (0,2%), enquanto a economia francesa estagnou e a Alemanha, a maior economia do bloco, contraiu 0,3%. Contribuições positivas para o crescimento do PIB da Zona Euro vieram igualmente de economias mais pequenas, incluindo Portugal (0,8%), Bélgica (0,4%), Letónia (0,4%) e Áustria (0,2%). Pelo contrário, registou-se uma contracção na Irlanda (-0,7%) e na Lituânia (-0,3%).

Considerando todo o ano de 2023, o PIB da Zona Euro expandiu 0,5%. No entanto, as perspectivas para 2024 continuam a ser desafiantes, num contexto de elevados custos de financiamento, uma procura interna e externa mais fraca e um sector industrial pressionado, especialmente na Alemanha.

Taxa de crescimento do PIB da Zona Euro (em %)



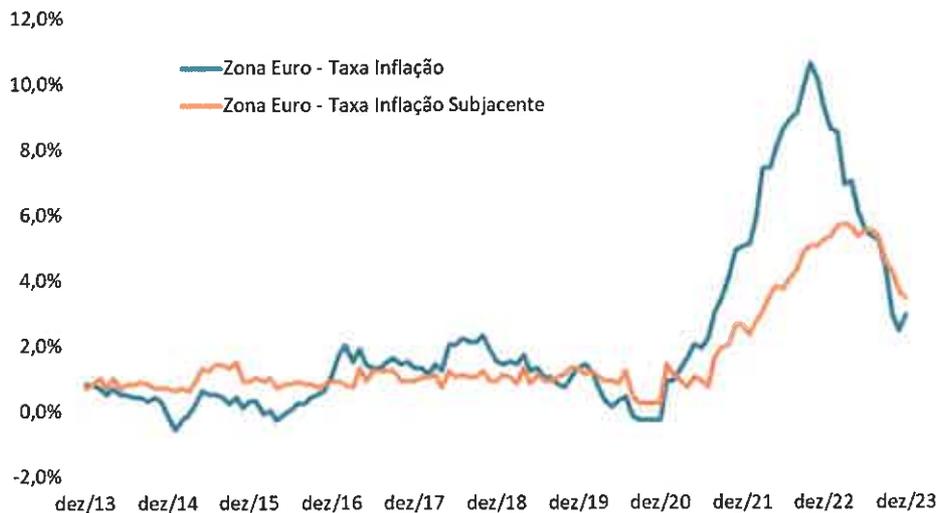
Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-23

A taxa de inflação na Zona Euro acelerou para 2,9%, em termos homólogos, em Dezembro de 2023, após ter registado em Novembro o valor mais baixo desde Julho de 2021. A taxa de inflação subjacente, que exclui os preços da alimentação e da energia, também abrandou, para os 3,4%, marcando o seu ponto mais baixo desde Março de 2022. No entanto, ambas as taxas permanecem ainda acima da meta de 2% do Banco Central Europeu. O custo da energia caiu 6,7% (face a -11,5% em Novembro) e a inflação nos serviços manteve-se relativamente estável em 4,0%. Numa base mensal, os preços ao consumidor subiram 0,2% em Dezembro, após a queda de 0,6% em Novembro.

A taxa de desemprego, ajustada sazonalmente, diminuiu para 6,4% em Novembro de 2023, face a 6,5% em Outubro. O número de desempregados diminuiu em 99 mil em relação ao mês anterior, para 10,97 milhões. Entre as maiores economias da Zona Euro, a taxa de desemprego mais baixa foi registada na Alemanha (3,1%) e nos Países Baixos (3,5%), enquanto as taxas mais elevadas foram observadas em Espanha (11,9%), Itália (7,5%) e França (7,3%). Entretanto, a taxa de desemprego jovem, que mede os candidatos a emprego com menos de 25 anos, desceu para 14,4% em Novembro de 2023, face a 14,8% no mês anterior.

Apesar do aumento das taxas de juro e do custo de vida, o indicador de confiança dos consumidores recuperou no quarto trimestre de 2023, encerrando o ano nos -15,1 pontos, mais 2,6 pontos face ao valor de Setembro e 5,5 pontos relativamente ao início do ano.

Taxa de inflação na Zona Euro



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-23

De acordo com as últimas estimativas do FMI, a economia da Zona Euro, após o crescimento de 0,5% registado em 2023, deverá crescer apenas 0,9% em 2024, e acelerar para os 1,7%, no ano seguinte. Por sua vez, anticipa-se que a taxa de inflação média anual, que em 2023 se situou nos 5,6%, diminua para os 3,3% em 2024, e para os 2,2% em 2025.

Países Emergentes

Na China, a economia expandiu 5,2%, em termos homólogos, no quarto trimestre de 2023, acelerando face aos 4,9% registados no trimestre anterior, mas abaixo das previsões do mercado de 5,3%, à medida que os estímulos governamentais tentam compensar os impactos da crise imobiliária prolongada e do fraco consumo das famílias. Os preços no consumidor caíram 0,3% (variação anual) em Dezembro, a terceira queda em cadeia consecutiva. De acordo com as fontes oficiais, a queda da taxa de inflação deveu-se ao aumento da oferta dos produtos agrícolas devido ao bom tempo e à queda do consumo. Excluindo os custos com alimentação e energia, a taxa de inflação subjacente aumentou 0,6% em Dezembro, em termos homólogos, sem variação face aos dois meses anteriores. Segundo as últimas estimativas do FMI, a economia chinesa deverá crescer 4,6% em 2024 (5,2% em 2023), e a inflação média anual deverá situar-se nos 1,7% (0,7% em 2023).

A economia indiana cresceu 7,6% no terceiro trimestre de 2023, após o forte crescimento de 7,8% no período anterior e superando as previsões de um aumento de 6,8%. Esta leitura também superou a projecção do Reserve Bank of India de 6,5%. O sector industrial disparou 13,9%, a construção subiu 13,3%, os serviços públicos 10,1%, o sector mineiro 10% e os serviços financeiros

aumentaram 6%. Entretanto, o sector agrícola cresceu apenas 1,2%, arrastado pelas fortes chuvas em todo o país. Do lado da despesa, os gastos públicos recuperaram acentuadamente (12,4% vs -0,7% no segundo trimestre) e a formação bruta de capital fixo aumentou mais rapidamente (11% vs 8%), nomeadamente o investimento em infraestruturas financiadas maioritariamente pelo governo. Entretanto, as exportações recuperaram (4,3% vs -7,7%) e as importações aumentaram mais (16,7% vs 10,1%). A taxa de inflação subiu para os 5,7% em Dezembro (5,6%, em Novembro), o valor mais alto em quatro meses. Segundo as últimas estimativas do FMI, a economia da Índia deverá crescer 6,5% em 2024 (6,7% em 2023), e a inflação média anual deverá situar-se nos 4,6% (5,5% em 2023).

O PIB do Brasil expandiu 2,0% no terceiro trimestre de 2023, em termos homólogos. Em cadeia, o crescimento foi de 0,1%, desacelerando fortemente face ao primeiro semestre (1,4% no primeiro trimestre, e 1,0% no trimestre anterior). A taxa de inflação manteve a tendência descendente dos últimos meses, encerrando o ano nos 4,6%, muito acima do objectivo de 3,25% do banco central brasileiro. Segundo as últimas estimativas do FMI, após um crescimento de 3,1% em 2023, a economia brasileira deverá desacelerar para os 1,7% em 2024, e a inflação média anual deverá manter-se relativamente estável, nos 4,5% (4,7% em 2023).

Por último, uma referência para a economia russa que, após uma expansão de 3,0% em 2023, deverá registar um crescimento de 2,6% em 2024, segundo o FMI. A taxa de inflação média anual deverá acelerar para os 6,3% em 2024, após os 5,3% estimados em 2023.

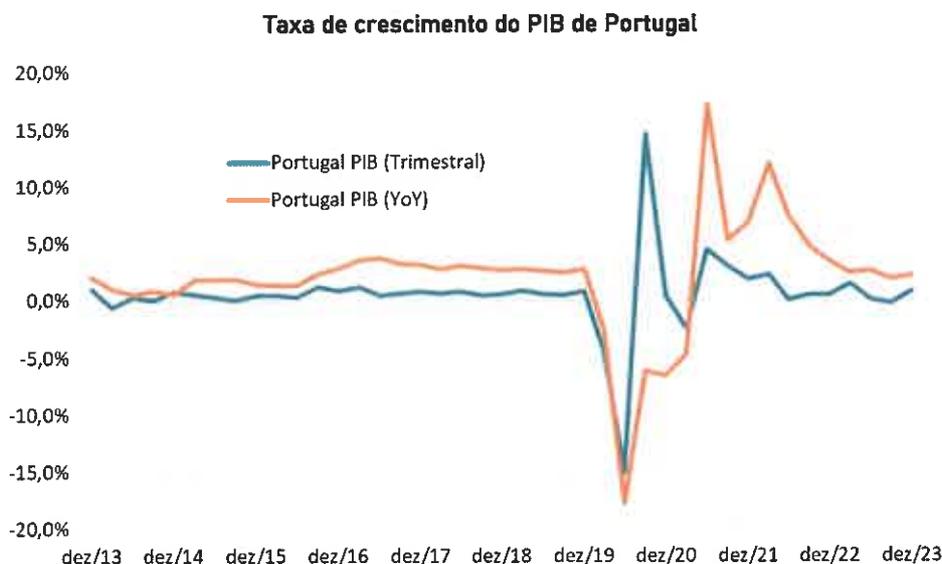
Economia nacional

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB nacional, em termos reais, registou uma variação homóloga de 2,2% no quarto trimestre de 2023, após ter aumentado 1,9% no trimestre precedente. O contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB manteve-se elevado no último trimestre, verificando-se uma aceleração do consumo privado e uma desaceleração do investimento. O contributo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB passou a positivo, tendo as exportações de bens e serviços em volume apresentado um crescimento mais intenso que as importações.

Comparando com o terceiro trimestre de 2023, o PIB aumentou 0,8% em volume (diminuição em cadeia de 0,2% no trimestre anterior). O contributo da procura interna para a variação em cadeia do PIB aumentou no 4º trimestre, reflectindo o comportamento do consumo privado, enquanto o contributo da procura externa líquida foi menos negativo.

No conjunto do ano 2023, o PIB registou um crescimento de 2,3% em volume, após o aumento de 6,8% em 2022, o mais elevado desde 1987. A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. O contributo da

procura externa líquida também foi positivo em 2023, mas menos intenso que em 2022, tendo as exportações e as importações de bens e serviços em volume desacelerado significativamente.



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-23

Em termos de inflação, de acordo com o INE, em 2023, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 4,3%, taxa inferior à registada no conjunto do ano 2022 (7,8%). Excluindo do IPC a energia e a alimentação, a taxa de variação média situou-se em 5,0% (5,6% no ano anterior). A taxa de variação homóloga do IPC total evidenciou uma trajectória de descida ao longo do ano, destacando-se os meses de Abril e Maio, com abrandamentos de 1,7 pontos percentuais (p.p.). A desaceleração do IPC verificou-se na maioria das categorias de produtos, reflectindo o efeito base associado ao aumento de preços em 2022, a diminuição dos preços dos bens energéticos e a isenção do IVA aplicada a alguns bens alimentares essenciais a partir de Maio.

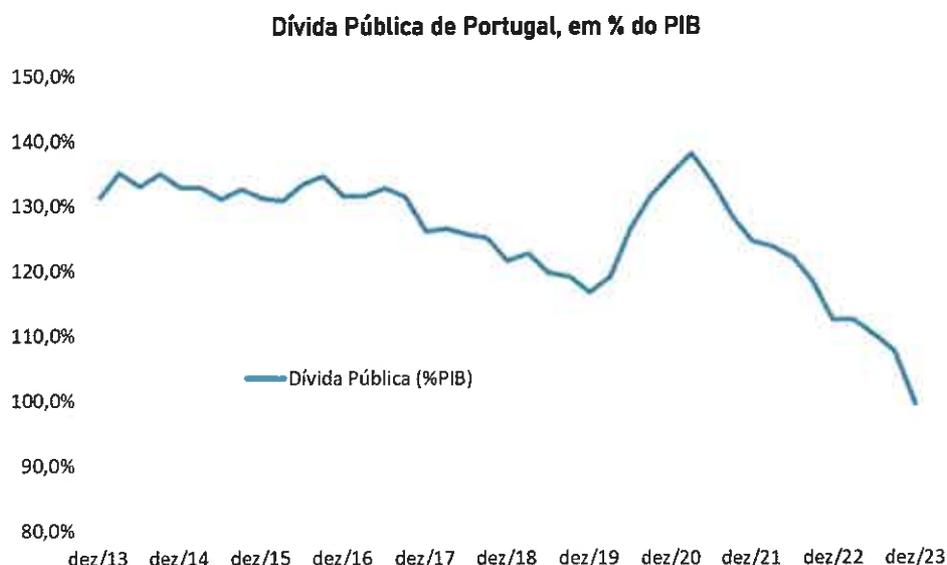
Por sua vez, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média de 5,3% em 2023 (8,1% no ano anterior). A taxa de variação homóloga situou-se em 1,9% em Dezembro, taxa inferior em 0,3 p.p. à observada em Novembro de 2023 e inferior em 1,0 p.p. ao valor estimado pelo Eurostat para a área do Euro (em Novembro de 2023, esta diferença foi de 0,2 p.p.). Excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos, o IHPC em Portugal atingiu uma variação homóloga de 3,1% em Dezembro (3,6% em Novembro), inferior à taxa correspondente para a área do Euro (estimada em 3,9%).

A taxa de desemprego situou-se nos 6,6% em Novembro, sem alteração pelo terceiro mês consecutivo. A população empregada (4,96 milhões de pessoas) registou uma variação positiva

em relação ao mês anterior (0,2%) e ao mês homólogo de 2022 (1,8%) e uma variação negativa relativamente a três meses antes (0,2%). A população desempregada (349 mil) diminuiu 1,1% em relação a Outubro e aumentou 4,0% e 3,4% relativamente a Agosto de 2023 e a Novembro de 2022, respectivamente.

De acordo com a Direcção Geral do Orçamento (DGO), em Dezembro de 2023, as Administrações Públicas registaram um saldo positivo de 7,3 mil milhões de euros, o que se traduz numa melhoria de 10,8 mil milhões de euros face ao verificado no mesmo período do ano anterior, resultado do crescimento da receita (+15,1%) superior ao da despesa (4,4%). O saldo primário situou-se em 14,1 mil milhões de euros, mais 11,0 mil milhões de euros face a 2022.

Deste modo, em virtude da trajectória positiva das contas públicas, segundo o Banco de Portugal, no final de Dezembro, a dívida pública, situava-se nos 263,0 mil milhões de euros, devendo terminar o ano de 2023 abaixo dos 100% do PIB.

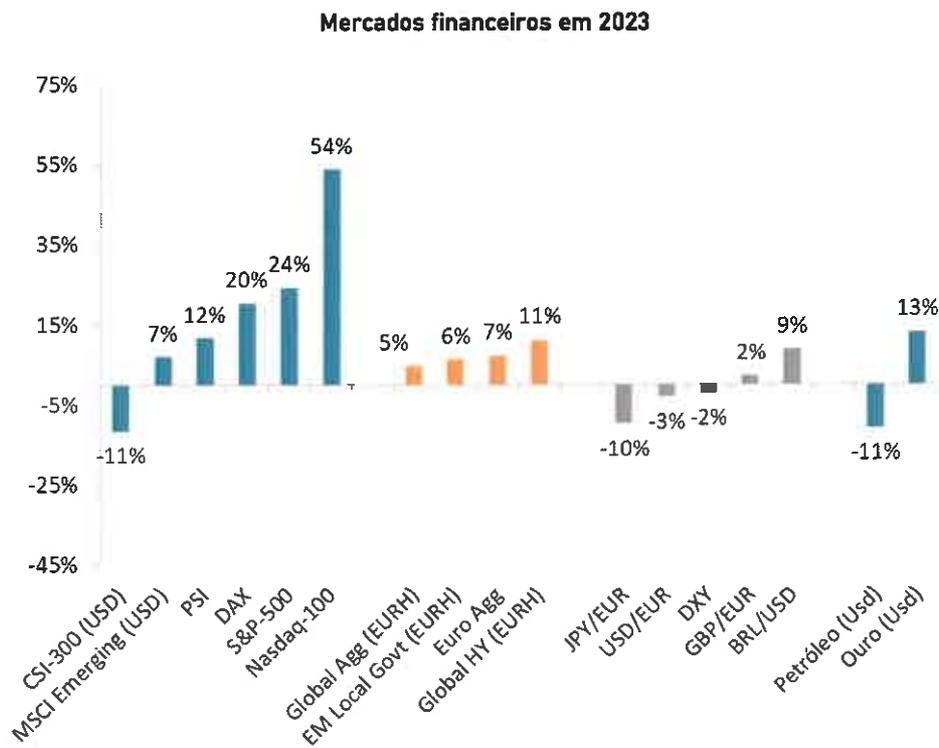


Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores até 31-Dez-23

Por fim, de acordo com as últimas estimativas do FMI, a economia nacional, após o crescimento de 2,3% em 2023, deverá crescer 1,5%, em 2024, voltando a acelerar para os 2,2%, em 2025. Por sua vez, antecipa-se que a taxa de inflação média anual, que em 2023 se situou nos 5,3%, diminua para os 3,4% em 2024, e para os 2,4% em 2025.

Mercados financeiros

Em 2023, nos Estados Unidos, os índices S&P-500 e Nasdaq-100 registaram valorizações de +24,2% e +53,8%, em USD, respectivamente. Em termos sectoriais, os ganhos foram liderados pelas empresas tecnológicas (+56,4%), nomeadamente as ligadas aos temas da inteligência artificial e cloud computing, seguidas pelos sectores de Consumo Discricionário (+41,0%) e o Industrial (+16,0%). A dispersão de retornos foi particularmente elevada, com os sectores das Utilities, Energia e Consumo Básico a registarem perdas de -10,2%, -4,8% e -2,2%, respectivamente.



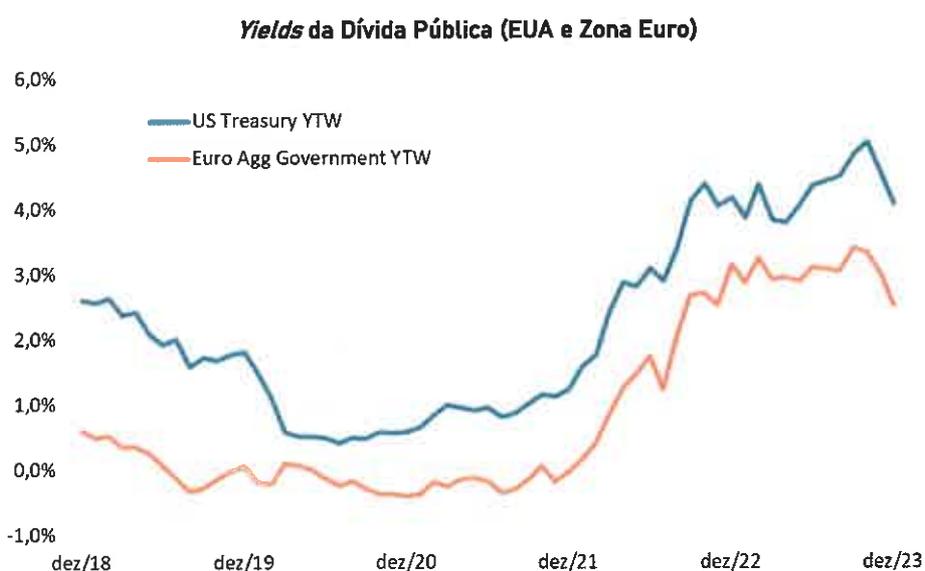
Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores em 31-Dez-23

Por sua vez, na Europa, os índices Stoxx-600 e EuroStoxx-50 ganharam +12,7% e +19,2%, respectivamente. Entre os principais mercados, destaque para o índice alemão DAX, com uma valorização de +20,3% e para o italiano FTSE MIB, com um ganho de 28,0%, desde o início do ano. A nível sectorial, destacaram-se pela positiva os sectores do Retalho (+34,4%), o Tecnológico (+31,7%), e o Bancário (+20,3%), este último beneficiando da melhoria da margem financeira dos bancos em resultado da subida das taxas de juro. Pela negativa, destacaram-se os sectores dos Recursos Básicos (-6,5%) e de Alimentação e Bebidas (-3,0%).

Entre os mercados emergentes (+7,0%, medido pelo índice MSCI Emerging Markets, em USD), os outperformers foram os mercados brasileiro (IBOV, +33,1% USD) e indiano (S&P BSE Sensex,

+18,0% USD). Pelo contrário, entre os principais underperformers destaca-se o mercado chinês (CSI 300, -13,9% USD) e o turco (BIST 100, -14,1% USD).

Nos mercados obrigacionistas, o ano ficou marcado pela volatilidade das yields da dívida soberana, em particular nos Estados Unidos. Com efeito, a resiliência da economia norte-americana, apesar da diminuição da inflação, levou a uma contínua reavaliação quanto ao timing dos cortes de taxas de juro pela FED e, conseqüentemente a uma elevada volatilidade, com uma forte subida das yields até Outubro, seguida de uma igualmente acentuada descida nos últimos dois meses de 2023. Deste modo, os Treasuries a 2 e 10 anos terminaram o trimestre nos 4,25% e nos 3,88%, com variações anuais de -18 bp e +1 bp, respectivamente.



Fonte: Bloomberg, Invest Gestão de Activos. Valores em 31-Dez-23

Por seu turno, na Zona Euro, onde o BCE subiu por seis vezes as taxas de juro (colocando a taxa de juro para depósitos nos 4,0%), as yields dos Bunds alemães a 2 e 10 anos desceram -36 bp e -55 bp, para os 2,40% e 2,02%, respectivamente. Em ambos os blocos económicos as yield curves continuam invertidas, com os mercados a descontarem um abrandamento económico e a normalização da inflação, em 2024.

Nos segmentos de dívida privada, apesar da volatilidade dos mercados accionistas e da incerteza geopolítica, os spreads de crédito encerram o ano com ganhos. Com efeito, os spreads do High Yield desceram 128 bp nos Estados Unidos, e diminuíram 113 bp na Europa, para os 356 bp e 399 bp, respectivamente. No segmento de Investment Grade, as descidas foram moderadas, tendo os spreads estreitado para os 57 bp (-25 bp) e 58 bp (-32 bp), respectivamente. Deste

modo, os índices globais de High Yield e Investment Grade valorizaram +11,0% e +4,7%, em EUR, desde o início do ano.

Nos mercados cambiais, o ano foi de ganhos para a moeda europeia (EUR) relativamente às principais divisas mundiais. Com efeito, o EUR ganhou 3,1% contra o USD, e 6,9% e 10,9% contra a NOK e JPY, respectivamente. Por sua vez, relativamente ao Remimbi (CNY) apreciou 6,6%, e perdeu -2,1% face à Libra inglesa (GBP).

Por fim, descontando o abrandamento da economia mundial, em larga medida devido ao comportamento da Zona Euro e da China, as matérias-primas perderam, em média, -12,2%, medido pelo índice S&P GSCI Spot, em USD, desde o início do ano. Entre esta classe de activos, destacaram-se pela positiva os Metais Preciosos (+12,1%, USD), em particular o Ouro (+13,1%, USD) que retornou aos 2.000 USD/Onça, reflectindo a fraca performance do USD e as tensões geopolíticas, nomeadamente o início da guerra na Faixa de Gaza e potencial risco de alastramento a outras regiões no Médio Oriente. Por seu turno, os Produtos Agrícolas perderam -17,8%, o Petróleo perdeu -10,7% e os Metais Industriais caíram -6,3%, todos em USD.

Mercado Imobiliário

O ano de 2023 foi desafiante para o mercado imobiliário global, num contexto de rápidas subidas das taxas de juro por parte dos principais Bancos Centrais e consequente aumento dos custos de financiamento. Este enquadramento teve consequências negativas no investimento no mercado imobiliário nacional, que registou uma queda em relação ao ano de 2022.

O investimento imobiliário comercial recuou 42% em 2023, para 1.730M€, segundo a Cushman & Wakefield (C&W), que antecipa uma recuperação para 2024.

O mercado de escritórios nacional terminou o ano em quebra, tanto em Lisboa como no Porto. Segundo os dados da Savills, o volume de absorção foi de 112.474 m² na capital (-59% face ao ano de 2022). Quanto ao mercado de escritórios do Porto registou, no final de 2023, um volume de absorção total de 50.048 m² (-14% face ao período homólogo).

A JLL estima uma vacancy rate de 10,3% no 3TRM 2023 (versus 8,6% no final de 2022) principalmente pela desocupação de edifícios mais obsoletos, mas com as rendas nos edifícios prime a continuarem a subir.

Já o investimento em edifícios de retalho, terá crescido 10% em 2023, ultrapassando mesmo os valores de 2019, segundo a JLL. As taxas de ocupação encontram-se num intervalo entre os 90% e os 100%, com as lojas em localizações prime a apresentarem melhor desempenho.

O segmento residencial terá diminuído cerca de 12%, atingindo os 27.000/28.000m² de vendas, em 137.000 transacções (168.000 em 2022), segundo a JLL. O peso das vendas internacionais terá aumentado para 13% do volume de vendas total (versus 11% em 2022). Os preços de venda, no entanto, ter-se-ão mantido relativamente estáveis, devido à persistente procura acima da oferta disponível.

As perspectivas para o mercado imobiliário em 2024 são mais optimistas, impulsionadas pela expectativa dos mercados de que as taxas de juro e os custos de construção aparentemente já atingiram o seu pico. A CBRE espera assistir a um aumento no volume de investimentos de cerca 15% em comparação com 2023, com a actividade a aumentar, sobretudo no segundo semestre do ano. Adicionalmente, a falta de disponibilidade de produtos deverá permanecer baixa em quase todas as classes de activos tradicionais, o que deverá continuar a impulsionar o aumento dos arrendamentos.

3. Actividade desenvolvida pela Sociedade

A Invest Gestão de Activos – SGOIC, SA alcançou em 2023 um Produto da Actividade de 1,9 milhões de euros, o que representa um crescimento de 23,2% relativamente ao ano anterior. O Resultado antes de Impostos atingiu os 1,4 milhões de euros (+27,6%) e o Resultado Líquido foi de 1,1 milhões de euros (+27,9%).

Para este crescimento contribuíram, sobretudo, o aumento da Margem Financeira, para os 92,3 mil euros, e o crescimento de 18,4% das Comissões Líquidas, para os 1,8 milhões de euros, por sua vez, fruto do crescimento dos activos sob gestão dos fundos de investimento geridos pela sociedade.

O Activo Líquido cresceu 1,2 milhões de euros (+23,0%) para os 6,4 milhões de euros, em larga medida devido à acumulação das comissões líquidas em Disponibilidades e Aplicações Financeiras.

No mesmo sentido, o Capital Próprio aumentou 1,1 milhões de euros (+22,0%) para os 6,0 milhões de euros. No final de 2023, a Autonomia Financeira situava-se nos 93,1%, menos 0,8 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

Nos últimos cinco anos, a taxa de crescimento anual média do Capital Próprio ascende a 18,6%. No final de 2023, a Rentabilidade do Capital Próprio atingiu os 20,1%, que compara com os 19,1% registados em 2022.

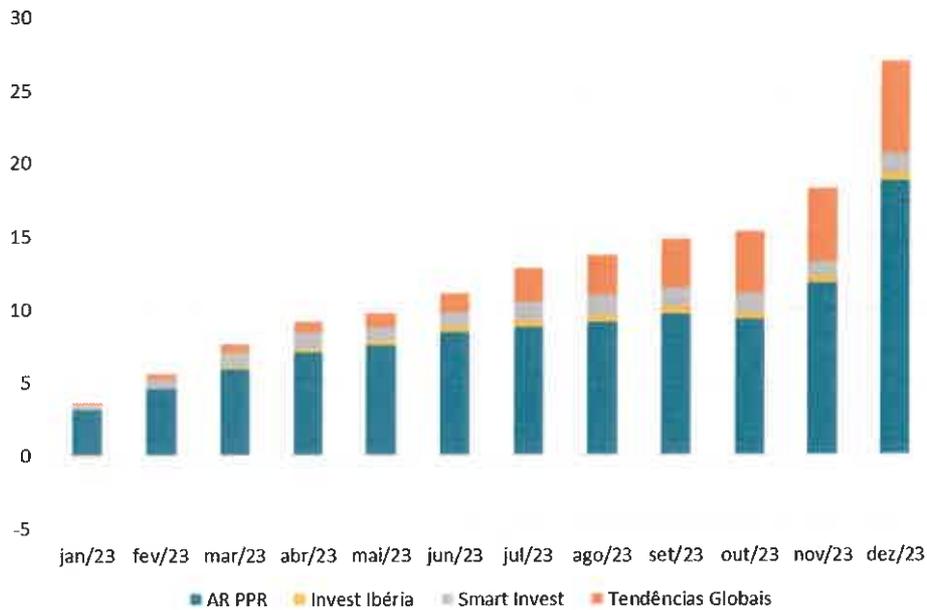
Principais indicadores financeiros

Indicadores (Eur)	2019	2020	2021	2022	2023
Margem Financeira	2 626	1 532	1 826	1 407	92 253
Comissões Líquidas	575 904	801 460	1 222 290	1 522 736	1 802 686
Outros Proveitos líquidos	0	-10	-2 988	395	-16 097
Produto da Actividade	578 530	802 983	1 221 127	1 524 538	1 878 842
Custos com Pessoal	-129 184	-140 116	-240 683	-334 290	-396 736
Gastos Gerais Administrativos	-50 798	-50 898	-55 568	-66 750	-59 277
Custos de Estrutura	-179 983	-191 014	-296 251	-401 040	-456 014
Amortizações	0	0	-313	-3 787	-3 900
Provisões e Imparidades líquidas	0	0	0	-12 017	-6 047
Perdas em Operações Financeiras	0	0	0	-189	-163
Resultado Antes de Impostos	398 547	611 969	924 564	1 107 505	1 412 718
Impostos Correntes	-89 673	-137 693	-208 027	-252 532	-319 483
Resultado Líquido	308 874	474 276	716 537	854 973	1 093 236
Disponibilidades em Inst. Crédito	3 623	2 256	4 182 766	1 006 692	350 023
Aplicações em Inst. Crédito	2 918 004	3 420 000	0	4 069 437	5 893 761
Capitais Próprios	2 866 471	3 340 747	4 057 284	4 912 257	5 991 153
Activo Líquido	2 985 688	3 510 061	4 333 987	5 230 106	6 434 816
Rácio de Fundos Próprios	5854,9%	4252,0%	4065,3%	3218,3%	2997,6%
Comissões Líquidas (% do Produto da Actividade)	99,5%	99,8%	100,1%	99,9%	95,9%
Autonomia Financeira	96,0%	95,2%	93,6%	93,9%	93,1%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	11,4%	15,3%	19,4%	19,1%	20,1%

Em 2023, o total de subscrições líquidas dos fundos sob gestão totalizaram 27,0 milhões de euros, o que compara com os 37,6 milhões de euros registados no ano anterior, num contexto de mercado marcado pela maior concorrência dos depósitos a prazo e, sobretudo, pela pressão derivada do regime excepcional de apoio ao aumento do custo de vida e das taxas de juro que permitiu resgatar planos de poupança-reforma para amortizar e/ou pagar as prestações mensais de contractos de crédito à habitação, outros fins até um limite mensal, e que foi prorrogado até ao final de 2024.

Tal como no ano anterior, o principal contribuidor para este crescimento foi o fundo Alves Ribeiro PPR, com cerca de 18,8 milhões de euros (69,7% do total de subscrições líquidas), seguido do fundo Invest Tendências Globais PPR, com cerca de 6,4 milhões de euros (23,5%), e do Smart Invest PPR, com cerca de 1,3 milhões de euros (4,9%). O fundo Invest Ibéria encerrou o ano com subscrições líquidas de 518,2 mil euros (1,9%).

Subscrições líquidas em 2023



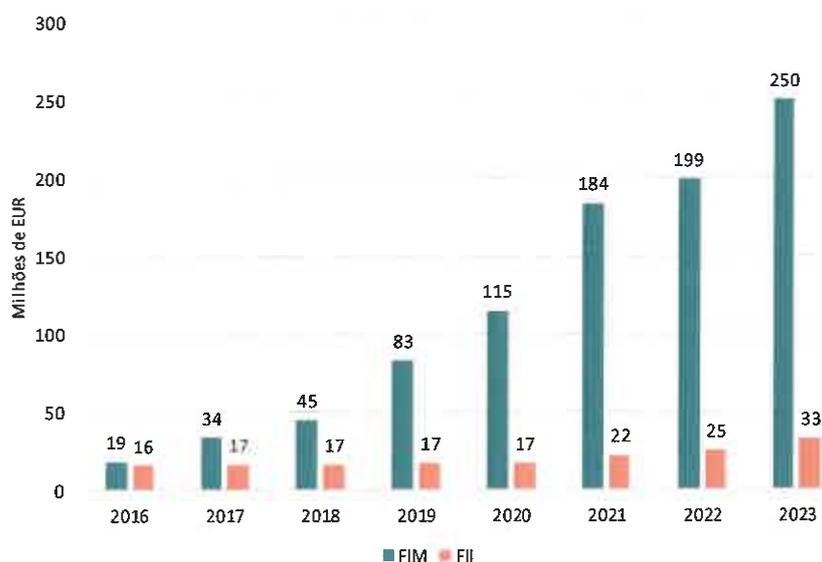
Fonte: Invest Gestão de Activos

Desta forma, em 2023, o total de activos sob gestão pela Invest Gestão de Activos – SGOIC aumentou 58,5 milhões de euros (+26,0%), para os 283,0 milhões de euros. Nos últimos cinco anos, a taxa de crescimento anual ascende a 35,5%.

Entre os fundos de investimento mobiliário (FIM), o principal contribuidor para o crescimento anual foi o fundo Alves Ribeiro PPR, com um aumento de 22,0% dos activos sob gestão, para 218,8 milhões de euros. Por sua vez, o fundo Smart Invest terminou o ano com 19,0 milhões de euros sob gestão (+18,4%), e o Invest Tendências Globais encerrou 2023 com 9,7 milhões de euros sob gestão (+346,4%).

Por sua vez, o total de activos líquidos sob gestão dos fundos de investimento imobiliário (FII) aumentou 30,7%, para os 32,9 milhões de euros, em larga medida devido ao crescimento de 46,3% dos activos do fundo "Inspirar", para os 24,0 milhões de euros.

Montantes sob gestão



Fonte: Invest Gestão de Activos

Fundos de Investimento Mobiliários

O fundo **Alves Ribeiro – Plano Poupança Reforma** encerrou o ano de 2023 com uma valorização de 11,0%.

A componente obrigacionista, correspondente a cerca de 68,7% do total da carteira média ao longo do ano, foi a principal contribuidora para este desempenho positivo, com uma valorização de 12,3%, em 2023. Desta forma, a contribuição desta classe de activos, para a rentabilidade total, foi de +8,4%.

A componente accionista (21,7% da carteira média) contribuiu com +4,3%, para a rentabilidade total, após uma valorização de 19,2%. Entre as diferentes geografias, destaque para as acções norte-americanas, com uma valorização de 40,2% (contribuição positiva de 232 pontos-base para a rentabilidade total do fundo).

Por sua vez, a contribuição da componente de 'Investimentos Alternativos' foi negativa em 9 pontos-base. A exposição média aumentou para os 4,4%, após novo reforço nesta classe de activos como forma de diversificação do risco e fonte de rentabilidades menos correlacionadas com os mercados financeiros.

No final de 2023, o valor líquido global do fundo (VLGF) ascendia a 218,8 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 22,0% face ao final do ano anterior, incluindo cerca de 18,8 milhões de euros de subscrições líquidas.

Desde o início de actividade, em Novembro de 2001, a rentabilidade anualizada situa-se nos 6,1%, líquida de comissões. Nos últimos 10 anos, a rentabilidade anualizada ascende a 5,3%, a mais elevada entre os fundos PPR de risco semelhante, de acordo com a APFIPP.

O fundo **Invest Ibéria** terminou o ano de 2023 com uma valorização de 15,9%. No mesmo período, os índices IBEX-35 e PSI-20 variaram +22,8% e +11,7%, respectivamente.

Em termos relativos, comparada com os índices ibéricos, a rentabilidade do Fundo foi, pois, ligeiramente negativa em 2023 (15,9% vs 17,3%). A componente de acções nacionais, correspondente a cerca de 36,6% da carteira média ao longo do ano, valorizou 15,4%, contribuindo, assim, com cerca de 5,9% para a rentabilidade total do Fundo. Por sua vez, a alocação ao mercado espanhol (61,7% da carteira média) contribuiu com 11,6%, resultado de uma valorização média de 18,4%.

Em 2023, o Fundo registou subscrições líquidas positivas, no valor de 518,2 mil euros, terminando o ano com um VLGf de 2,7 milhões de euros.

Desde o início da estratégia ibérica, em Dezembro de 2016, o Fundo regista um ganho de 14,4%, o que compara com +9,6% e +39,1% dos índices IBEX-35 e PSI-20, respectivamente, no mesmo período.

O fundo **Smart Invest** encerrou o ano com um total de 19,0 milhões de euros sob gestão, assim distribuídos: Smart Conservador, 2,7 milhões de euros (+303,5 mil euros, face ao final de 2022); Smart Moderado, 7,2 milhões de euros (+1,4 milhões de euros); e, Smart Dinâmico, 9,1 milhões de euros (+1,2 milhões de euros).

Em 2023, as rentabilidades anuais dos sub-fundos traduzem as fortes valorizações dos mercados financeiros, tanto accionistas como obrigacionistas, num ano marcado pela recuperação das perdas registadas em 2022, com a expectativa da descida das taxas de juro pelos bancos centrais em 2024. Deste modo, o Smart Conservador ganhou 7,1%; o Smart Moderado ganhou 9,1%; e, o Smart Dinâmico valorizou 12,2%, em 2023.

O fundo Smart Invest é um produto de gestão passiva, permitindo aos investidores um acesso diversificado aos principais mercados e classes de activos, barato e eficiente em termos fiscais. A gestão é realizada num modelo de *robot-advisory*, garantindo aos investidores o rebalanceamento automático das carteiras.

Por fim, o fundo **Invest Tendências Globais** terminou o ano com 9,1 milhões de euros sob gestão e uma rentabilidade de +26,3%, desde o início da actividade, em 1 de Julho de 2022. O fundo investe em empresas com exposição a quatro principais tendências com potencial de crescimento atractivo a médio-longo prazo: i) Digitalização, ii) Novas Tendência de Consumo, iii) Alterações Demográficas e iv) Transição Energética. Entre estas tendências, o foco passa por investir em empresas com: elevadas rentabilidades sobre os capitais investidos (ROIC), obtidas

de forma recorrente; vantagens competitivas difíceis de replicar; alocação de capital eficiente; baixos níveis de endividamento; possibilidade de crescimento acima da média do sector onde se inserem; equipas de gestão com *track-record* positivo; e, boas classificações ESG (*Environmental, Social e Governance*). Em 2023, a rentabilidade do fundo ascendeu a 30,2%, uma das melhores entre os fundos PPR nacionais constituídos exclusivamente por acções.

Fundos de Investimento Imobiliário

Fundo Tejo

Os activos imobiliários valorizaram, no seu conjunto, 172.627 euros, enquanto a participação noutros fundos imobiliários valorizou 44.961 euros e os rendimentos gerados pelos imóveis decresceram para 78.854 euros.

O valor líquido global do fundo subiu para 8.945.976 euros (+1,7%) pois os proveitos dos fundos foram superiores às suas despesas correntes, o que permitiu em 2023 alcançar um resultado líquido de 147.444 euros, um decréscimo de 72,5% face aos 536.532 euros registados em 2022.

O Fundo Tejo encerrou o ano de 2023 apresentando os seguintes valores:

Valor líquido do Fundo: 8.945.976 Euros

Valor da UP classe A: 6044,5786 Euros

Valor da UP classe B: 6044,5785 Euros

Nr. UPs em circulação: 200 categoria A; 1.280 categoria B

Fundo Inspirar

Os resultados líquidos do Fundo subiram 111,8%, atingindo os 7.588.744 Euros em 2023 (face aos 3.583.335 Euros alcançados em 2022).

Este resultado deveu-se à reavaliação dos terrenos que per fez, em termos líquidos, -1.167.032 euros (versus 584.065 euros em 2022), ao desenvolvimento de projectos de construção que totalizou, em termos líquidos, 4.532.478 euros (versus 3.247.707 euros em 2022), e aos ganhos obtidos na conclusão de diversas construções acabadas que totalizaram, em termos líquidos, 3.872.391 euros (versus 1.033.888 euros em 2022).

Também contribuíram para o resultado líquido alcançado a redução dos encargos com juros e a melhor diluição dos custos correntes de funcionamento e desenvolvimento.

No último ano foram efectuados 48 contractos de promessa de compra e venda (dos quais 10 de habitação unifamiliar e 38 de habitação multifamiliar), 35 escrituras de compra e venda (3 de habitação unifamiliar e 32 de habitação multifamiliar) e 1 arrendamento comercial.

Desta forma, em 2023, o valor líquido global do fundo cresceu para 23.964.166 Euros (+46,3%).

O Fundo Inspirar encerrou o ano de 2023 apresentando os seguintes valores:

Valor Líquido do Fundo: 23.964.166 Euros

Valor da UP: 440,8338 Euros

Nr. de UPs. em circulação: 54.361

4. Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas traduzem a actividade desenvolvida pela Sociedade, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

Os resultados líquidos apurados cifraram-se em 1.093.236 Euros. Para eles propõe-se a seguinte aplicação:

Reservas Livres..... 1.093.236 Euros

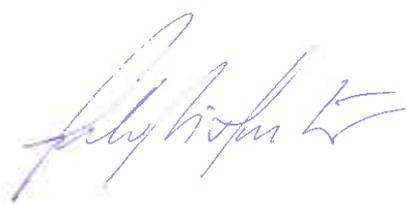
5. Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração Executivo faz questão de deixar registada uma palavra de muito apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela atenção dispensada;
- Ao Conselho Geral e de Supervisão, pela permanente colaboração e prestimoso apoio à condução das actividades da Sociedade.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2024,

O Conselho de Administração Executivo





Invest – Gestão de Activos, SGOIC, SA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name.

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	11	92 253	1 407
MARGEM FINANCEIRA		<u>92 253</u>	<u>1 407</u>
Rendimentos de serviços e comissões	12	1 802 686	1 522 736
Ganhos em Operações Financeiras		334	654
Outros resultados de exploração	13	(16 432)	(259)
PRODUTO BANCÁRIO		<u>1 878 842</u>	<u>1 524 538</u>
Perdas Operações Financeiras		(163)	-189
Custos com o pessoal	14	(396 736)	-334 290
Gastos gerais administrativos	15	(59 277)	-66 750
Amortizações do exercício	6	(3 900)	-3 787
Imparidade de activos financeiros ao custo amc	16	(5 703)	-10 608
Imparidade de outros activos	16	(343)	-1 409
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>1 412 718</u>	<u>1 107 505</u>
Impostos			
Impostos correntes	8	-319 483	-252 532
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		<u>1 093 236</u>	<u>854 973</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações

João Augusto

Paulo Augusto



INVEST GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.
 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	2023	2022
Resultado individual	1 093 236	854 973
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados		
Ganhos/perdas em Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento in	-	-
Ganhos/perdas na conversão cambial	-	-
Ganhos/perdas actuariais com planos de pensões de benefícios definido	-	-
Outros ganhos/perdas que contribuíam para outro rendimento integral	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	-	-
Rendimento integral individual	1 093 236	854 973

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Flávio Augusto

Flávio Augusto



INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados					Resultado do exercício	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Livre	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	250 000	50 000	3 040 747	-	3 090 747	716 537	4 057 284
Aplicação do resultado do exercício de 2022	-	-	716 537	-	716 537	(716 537)	716 537
Transferência para reservas livres	-	-	-	-	-	854 973	854 973
Lucro do exercício 2022	250 000	50 000	3 757 284	-	3 807 284	854 973	4 912 257
Saldos em 31 de Dezembro de 2022							
Aplicação do resultado do exercício de 2023	-	-	854 973	(14 340)	854 973	(854 973)	840 633
Transferência para reservas livres	-	-	-	-	-	1 093 236	1 093 236
Lucro do exercício 2023	250 000	50 000	4 612 257	(14 340)	4 647 917	1 093 236	5 991 153
Saldos em 31 de Dezembro de 2023							

Alvaro Marques

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.
 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	1 769 232	1 508 736
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(436 242)	(395 130)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	(252 425)	(209 516)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	81 696	480
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	1 162 261	904 570
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Outros activos	(886)	(473)
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:	(886)	(473)
Outros passivos	1 956	1 029
Caixa líquida das actividades operacionais	1 956	1 029
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(1 199)	(1 199)
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	1 163 330	903 927
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 086 692	4 182 765
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 250 022	5 086 692

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Invest Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. ("Invest Gestão de Activos" ou "Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituída em 11 de Fevereiro de 1988. Foi registada na CMVM como Intermediária Financeira no dia 02-12-1998, com o n.º 259.

A Sociedade é detida de forma directa pelo Banco Invest, S.A., e indirecta pela Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo consolidada por esta última pelo método integral.

A totalidade das acções representativas do capital social (50.000 acções com um valor nominal de 5 Euros cada) são detidas na totalidade pelo Banco Invest, S.A, accionista único.

O objecto social da sociedade consiste na gestão de activos por conta de terceiros, nomeadamente a administração em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário e de fundos de investimento imobiliário.

A 31 de Dezembro de 2023 os fundos geridos pela Invest Gestão de Activos são os seguintes:

	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2023	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2022
Fundos Abertos		
Alves Ribeiro PPR - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	218 781 307	179 358 082
Invest Ibéria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações	2 715 383	1 868 195
Smart Invest PPR/OICVM Conservador	2 652 524	2 348 942
Smart Invest PPR/OICVM Moderado	7 324 239	5 839 034
Smart Invest PPR/OICVM Dinâmico	9 081 837	7 834 645
Invest Tendências Globais PPR/OICVM	9 650 331	2 161 717
Fundos Fechados		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	8 945 976	8 798 532
Inspirar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	23 964 166	16 375 423
	283 115 762	224 584 569

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2023 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. Não obstante, o Conselho de Administração Executivo entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme aprovadas pela União Europeia ("EU") a partir do exercício de 2017, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2015, de 7 de Dezembro. As IFRS incluem as normas emitidas pela International Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2016. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

2.2. Comparabilidade da informação

A Sociedade adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2020. As políticas contabilísticas foram aplicadas na Sociedade, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Os saldos incluídos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de Dezembro de 2022, são apresentados exclusivamente para fins comparativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos ao justo valor através de outro rendimento integral. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo, formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.3. Comissão de Gestão

A comissão de Gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela Gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa fixa, definida no respectivo regulamento de gestão sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” (Proveitos) da demonstração de resultados.

Os proveitos resultantes de comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; ou
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está incluído; e
- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as taxas de comissão de gestão anuais em vigor eram as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundos Abertos		
Alves Ribeiro PPR - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	0,75%	0,75%
Invest Ibéria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações	1,25%	1,25%
Smart Invest PPR/OICVM Conservador	2,00%	2,00%
Smart Invest PPR/OICVM Moderado	2,00%	2,00%
Smart Invest PPR/OICVM Dinâmico	2,00%	2,00%
Invest Tendências Globais PPR/OICVM	1,25%	1,25%
Fundos Fechados		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	0,0625%	0,0625%
Se Valor dos Activos do Fundo de 0 a 10.000.000	4 000 €	4 000 €
Se Valor dos Activos do Fundo de 10.000.001 a 20.000.000	0,25%	0,25%
Se Valor dos Activos do Fundo de 20.000.001 a 30.000.000	0,20%	0,20%
Inspirar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado		
Se Valor dos Activos do Fundo de 30.000.001 a 40.000.000	0,15%	0,15%
Se Valor dos Activos do Fundo de 40.000.001 a 50.000.000	0,10%	0,10%
Acima de 50.000.001	0,05%	0,05%

2.4. Activos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso. Os anos de vida útil estimados para as principais rubricas de activos tangíveis da Sociedade são como seguem:

	Anos de vida
Mobiliário e material	8
Equipamento de transporte	4

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 - "Imparidade de activos" é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em exercícios seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.5. Imparidades

Mensalmente, a Sociedade realiza uma análise de recuperabilidade dos seus activos, sendo registada uma perda por imparidade destinada à cobertura dos riscos de realização dos saldos referentes às comissões de gestão dos fundos e aos depósitos e juros de depósitos a prazo.

2.6. Provisões e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

No final de cada data de reporte, as provisões são revistas e ajustadas para refletir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes são divulgados de acordo com a IAS 37 sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos não seja remota. Assim, a Sociedade regista um passivo contingente quando: (i) é uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão sob o controlo da Sociedade Gestora, ou (ii) é uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque: a) não é provável que um exfluxo de recursos seja exigido para liquidar a obrigação ou b) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a partir da data da contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.8. Impostos sobre lucros

A Invest Gestão de Activos encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, sendo a Alves Ribeiro Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto.

Os ganhos ou perdas decorrentes da aplicação deste regime são registados em cada uma das sociedades que o originam.

A taxa de IRC em 2023 e de 2022 foi de 21%. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável. Para as Pequenas e Médias estabelece-se uma taxa reduzida de 17%, aplicável aos primeiros 25.000 Euros de matéria colectável.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

2.9. Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos da Sociedade são analisados nos parágrafos seguintes, no

sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Imposto sobre os lucros

As Autoridades Tributária e Aduaneira Portuguesa têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade durante um período de quatro anos, excepto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito). Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

2.10. Eventos subsequentes

A Sociedade analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data de balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas/aprovadas. Neste âmbito, podem ser identificados dois tipos de eventos:

- a) aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e,
- b) aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à ordem		
Banco Invest, S.A	350 023	1 006 692
	<u>350 023</u>	<u>1 006 692</u>

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos a prazo		
Banco Invest, S.A	5 900 000	4 080 000
Juros de depósitos a prazo		
Banco Invest, S.A	10 072	45
Imparidade Acumulada		
Banco Invest, S.A	(16 311)	(10 608)
	<u>5 893 761</u>	<u>4 069 437</u>

Os depósitos a prazo constituídos no Banco Invest tem o prazo de 180 dias e são remunerados a uma taxa semestral fixa de 3,50%. Os juros são calculados diariamente numa base de cálculo de Act/360.

5. ACTIVOS FINANCEIROS AOS JUSTO VALOR

Esta rubrica diz respeito às contribuições para o Fundo de Compensação de Trabalho, cujo objectivo é criar garantias de pagamento efectivo da compensação por cessação do

contracto de trabalho, sempre que haja direito ao seu recebimento nos termos do artigo 366º do Código do trabalho.

As contribuições para o fundo eram de carácter obrigatório para todos os contractos de trabalho celebrados a partir de 1 de Outubro de 2013, de acordo com o estabelecido na Lei nº 70/2013. Com a entrada em vigor da Lei n.º 13/2023, de 3 de Abril, que altera o Código do Trabalho e legislação conexas, desde 1 de Maio de 2023 a obrigação destas contribuições foi suspensa.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Compensação Trabalho (FCT)	2 542	2 112
	<u>2 542</u>	<u>2 112</u>

6. ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos na rubrica de Activos Tangíveis durante o exercício de 2023 foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Aquisições do Ano	Alienações ou abates	Amortizações acumuladas	Valor Líquido 31/12/2023
Activos Tangíveis					
Mobiliário e material	1 199	-	-	187	1 012
Material de Transporte	15 000	-	-	7 813	7 188
	<u>12 099</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 000</u>	<u>8 199</u>

Os movimentos nesta rubrica, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Aquisições do Ano	Alienações ou abates	Amortizações acumuladas	Valor Líquido 31/12/2022
Activos Tangíveis					
Mobiliário e material	-	1 199	-	37	1 162
Material de Transporte	15 000	-	-	4 063	10 938
		<u>1 199</u>	<u>-</u>	<u>4 100</u>	<u>12 099</u>

7. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta rúbrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO		
Rendimentos a receber		
Comissões de gestão dos fundos	171 041	137 587
Despesas diferidas	6 850	221
Outros	4 154	3 367
Imparidade de outros valores a receber	(1 752)	(1 409)
	<u>180 292</u>	<u>139 766</u>
PASSIVO		
Encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	89 784	37 173
Auditoria	1 845	2 214
	<u>91 629</u>	<u>39 387</u>
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo		
Retenção de imposto na fonte	5 209	10 421
Contribuições para a Segurança Social	11 571	6 792
Outros	15 773	8 824
	<u>32 553</u>	<u>26 037</u>
	<u>124 181</u>	<u>65 424</u>

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 eram os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Activos por impostos correntes	-	-
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto	319 483	252 425
	<u>319 483</u>	<u>252 425</u>

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes de Imposto	1 412 718	1 107 505
Perdas por imparidade não aceites	6 047	12 017
Outros acréscimos- perdas em activos financeiros	163	189
Outras deduções- ganhos em activos financeiros	334	654
Benefício Fiscal	534	-
Tributação autónoma	10% 833	638
Imposto sobre o Rendimento do Período	22,5% 319 483	252 425

A Sociedade encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, sendo a Alves Ribeiro Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto.

Os ganhos ou perdas decorrentes da aplicação deste regime são registados em cada uma das sociedades que o originam.

Em 31 de Dezembro de 2023 a Sociedade constituiu uma provisão para impostos sobre lucros no montante de 319.483 Euros (31 de Dezembro de 2022: 252.425 Euros).

9. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o capital da Sociedade era constituído por 50.000 acções com valor nominal de 5 Euros cada, com um total de 250.000 Euros, totalmente subscrito e realizado pelo Banco Invest, S.A.

10. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Legal	50 000	50 000
Reserva Livre	4 597 917	3 757 284
	<u>4 647 917</u>	<u>3 807 284</u>

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do lucro líquido anual, apurado nas contas individuais da Sociedade, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital subscrito. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou para aumento de capital.

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

A rubrica de Juros e Rendimentos Similares é analisada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros de depósitos a prazo	92 253	1 407
	<u>92 253</u>	<u>1 407</u>

12. COMISSÕES

A rubrica Comissões é analisada como segue:

	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões:		
Fundo Invest Ibéria	29 125	21 916
Fundo FPR	1 463 929	1 271 675
Fundo Tejo	5 500	5 547
Fundo Inspirar	84 518	78 315
SMART INVEST PPR/OICVM CONSERVADOR	23 830	20 213
SMART INVEST PPR/OICVM MODERADO	59 117	50 383
SMART INVEST PPR/OICVM DINAMICO	77 611	66 149
Invest Tendências Globais	59 055	8 539
	<u>1 802 686</u>	<u>1 522 736</u>

13. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Quotizações e Donativos	16 133	-
Outros	27	-
Outros impostos indirectos	272	259
	<u>16 432</u>	<u>259</u>

Nesta rubrica estão incluídas as quotas e a jóia pagas à Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) e o Imposto Único de Circulação.

14. CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica Custos com o Pessoal é analisada como segue:

	2023	2022
Salários e Vencimentos		
Orgãos de Gestão e Fiscalização	170 231	178 380
Empregados	156 899	97 393
	<u>327 130</u>	<u>275 773</u>
Encargos sobre a remuneração		
Segurança Social	64 872	54 851
Outros	21	50
	<u>64 893</u>	<u>54 901</u>
Seguros	3 626	3 615
Outros	1 087	-
	<u>4 713</u>	<u>3 615</u>
	<u>396 736</u>	<u>334 290</u>

O efectivo médio do quadro de pessoal ao serviço da Invest GA, durante os exercícios de 2023 e 2022, é distribuído da seguinte forma:

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Quadro de Pessoal	nº de Colaboradores	
	2023	2022
Orgãos Sociais - Conselho Geral e de Supervisão	3	3
Conselho de Administração Executivo (dos quais 1 remunerado)	2	2
Colaboradores	5	3

15. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica Gastos Gerais Administrativos é analisada como segue:

	2023	2022
Material de Consumo Corrente	647	-
Comunicações	31 540	30 991
Rendas e Alugueres	2 662	221
Serviços especializados	2 039	8 481
Despesas de Representação	701	626
Publicidade	80	80
Conservação e Reparação	1 046	1 036
Formação Pessoal	726	1 337
Seguros Viaturas	690	704
Prestação de serviços - Banco Invest, S.A.	11 070	11 070
Outros serviços de terceiros	8 076	12 204
	<u>59 277</u>	<u>66 750</u>

16. IMPARIDADES

Os movimentos das Imparidades em 2023 e 2022 são analisados como segue:

	2023			
	Saldo em 31/12/2022	Dotações Liquidadas	Utilizações	Saldos em 31/12/2023
Imparidade de Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	10 608	5 703	-	16 311
	<u>10 608</u>	<u>5 703</u>	<u>-</u>	<u>16 311</u>
Imparidade de outros activos (Nota 7)	1 409	343	-	1 752
	<u>1 409</u>	<u>343</u>	<u>-</u>	<u>1 752</u>
	<u>12 017</u>	<u>6 047</u>	<u>-</u>	<u>18 063</u>

INVEST GESTÃO DE ACTIVOS-SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2022			Saldos em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Dotações Líquidas	Utilizações	
Imparidade de Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	-	10 608	-	10 608
	-	10 608	-	10 608
Imparidade de outros activos (Nota 7)	-	1 409	-	1 409
	-	1 409	-	1 409
	-	12 017	-	12 017

17. FUNDOS GERIDOS

A Sociedade gere quatro Fundos Mobiliários Abertos, nos quais um deles é constituído por três subfundos, e dois Fundos Imobiliários Fechados, cujo valor líquido a 31 de Dezembro de 2023 corresponde a 283.115.762 Euros (31 de Dezembro de 2022: 224.584.569 Euros).

	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2023	Valor Líquido Global do Fundo 31-12-2022
Fundos Abertos		
Alves Ribeiro PPR - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	218 781 307	179 358 082
Invest Ibéria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações	2 715 383	1 868 195
Smart Invest PPR/OICVM Conservador	2 652 524	2 348 942
Smart Invest PPR/OICVM Moderado	7 324 239	5 839 034
Smart Invest PPR/OICVM Dinâmico	9 081 837	7 834 645
Invest Tendências Globais PPR/OICVM	9 650 331	2 161 717
Fundos Fechados		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	8 945 976	8 798 532
Inspirar - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	23 964 166	16 375 423
	283 115 762	224 584 569

As funções da entidade comercializadora e de Banco depositário para os Fundos acima indicados, são exercidas pelo Banco Invest.

18. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo, são os seguintes:

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Banco Invest, S.A.		
<u>Balanço</u>		
Disponibilidades em instituições de crédito	350 023	1 006 692
Aplicações em instituições de crédito	5 900 000	4 080 045
<u>Demonstração de Resultados</u>		
Juros e rendimentos similares	(92 253)	(1 407)
Gastos gerais administrativos	11 070	11 070

São consideradas partes relacionadas da Invest GA, para além dos Accionistas, os membros dos Órgãos de Gestão, Fiscalização e os elementos-chave de gestão. São igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas directa ou indirectamente ou em cuja gestão exercem influência significativa.

Assembleia Geral:

Francisco Ferreira da Silva (Presidente)
 Helena Isabel Nunes Menúria Neves (Secretário)
 Paula Alexandra Silva dos Santos Viegas (Secretário)

Órgãos Sociais – membros do Conselho de Administração Executivo:

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa (Presidente); e
 Paulo Rui dos Prazeres Vítor Monteiro (Vogal).

Conselho Geral e de Supervisão:

Luís Alberto Monsanto Póvoas Janeiro (Presidente);
 Diogo Luís Ramos de Abreu (Vogal); e
 Sara Maria Fernandes Alves (Vogal).

Outras Entidades Relacionadas:

Kenmei - Investimentos, S.A.
 RIFT - Consultoria de Gestão, S.A.
 AR4I - Imobiliário e Gestão, S.A.
 MS PARTICIPAÇÕES SGPS S.A.
 Monvest-Urbanização e Gestão de Imóveis, Lda
 LERIMO SGPS S.A.
 SOTIF-SGPS, S.A.
 Mdzar – Consultoria e Imobiliário S.A.
 VALRI - SGPS, S.A.
 ALVES RIBEIRO - INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SGPS S.A. ("ARIF")
 BANCO INVEST, S.A.
 Crest Capital Partners

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Fundo de Investimento Imobiliário Tejo
Bicredit, Sociedade Financeira de Crédito, S.A.
USGESTAR - GESTÃO DE IMÓVEIS, S.A.
AR FRANCE INVEST (ARFI)
SILK ROAD PARIS 1
SILK ROAD PARIS GESTION ET SERVICES
BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS LDA
KPMG & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS S.A.
Alves Ribeiro S.A.
Alves Ribeiro Consultoria Gestão S.A.
Alrisa - Sociedade Imobiliária, S.A.
SCO - Sociedade de Investimentos e Consultoria S.A.
ALVES RIBEIRO INTERNACIONAL, SGPS, S.A.
Empresa das Águas do Vimeiro, S.A.
D.A - Capital Lda.
D.A. Capital II, Consultoria de Gestão, Lda.

19. SOLVABILIDADE

Os Fundos Próprios da Sociedade, apurados de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013 e com a Directiva 2013/36/EU, incluem os fundos próprios de nível 1 (tier 1). Estes Fundos Próprios não podem ser inferiores ao montante previsto no n.º 1 do artigo 97.º do Regulamento acima mencionado, ou seja, tem de corresponder a pelo menos um quarto das despesas gerais fixas do na anterior.

De acordo com o Decreto-Lei nº 16/2015, de 24 de Fevereiro, e uma vez que em 2023 o valor líquido global das carteiras sob gestão excede os 250.000.000€, a sociedade é obrigada a constituir um montante suplementar de fundos próprios igual a 0,02% do montante em que o valor líquido global das carteiras sob gestão exceda tal montante.

Além do montante mínimo de fundos próprios acima mencionados, a Invest Gestão de Activos tem a necessidade, enquanto sociedade gestora de OIA, de cobrir os riscos de responsabilidade profissional. Nesse sentido, a sociedade detém fundos próprios suplementares suficientes para cobrir eventuais riscos resultantes de responsabilidade civil profissional, que correspondem a pelo menos 0,01% do valor das carteiras dos fundos de investimento alternativo geridos.

Os valores dos Fundos Próprios e dos Requisitos de Fundos Próprios apurados de acordo com as metodologias anteriormente referidas são os seguintes:

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	31/12/2023	31/12/2022
Fundos Próprios Nível 1	4 897 917	4 057 284
Capital Realizado	250 000	250 000
Reservas	4 647 917	3 807 284
Fundos Próprios Complementares	-	-
Total de Fundos Próprios	<u>4 897 917</u>	<u>4 057 284</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
25% Despesas Gerais Fixas	163 393	126 069
Rácio de Solvabilidade	<u>2997,63%</u>	<u>3218,29%</u>

20. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com a informação requerida pelo Art.º 66-A e pelo Art.º 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar.
- Os honorários totais facturados no período findo em 31 de Dezembro de 2023 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 1.845 Euros (2022: 1.845 Euros), integralmente relacionados com a Revisão legal das contas anuais.

De acordo com a informação requerida pelo Art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91 e pelo Decreto-Lei n.º 534/80:

- A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social;
- A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

21. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de feedback obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas

contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de Fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informações materiais relativas à política contabilística em vez de políticas contabilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transacções imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transacções materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:

“A informação relativa a política contabilística é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”

Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objectivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.



As alterações são efectivas para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2023, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.

A Sociedade não registou alterações significativas na adopção da presente alteração.

Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com activos e passivos decorrentes de uma única transacção

O IASB emitiu alterações à IAS 12 - 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de Maio de 2021.

As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transacções que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem activos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transacções como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transacções no âmbito das quais as empresas reconhecem um activo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transacções e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objectivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

A Sociedade não registou alterações significativas na adopção da presente alteração.

IFRS 17 – Contractos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de Maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contractos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurada e apresentada a performance dos contractos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira.

A Sociedade não registou alterações significativas na adopção da presente alteração.

Alterações à IFRS 17 - Contractos de seguro: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa

O IASB emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 - Contractos de Seguro, proporcionando às seguradoras uma opção com o objectivo de melhorar a utilidade das informações para os investidores na aplicação inicial da nova Norma.

A alteração não afecta quaisquer outros requisitos da IFRS 17.

A IFRS 17 e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre activos financeiros e passivos de contractos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.

A alteração ajuda as seguradoras a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.

A Sociedade não registou alterações significativas na adopção da presente alteração.

Alterações à IAS 12 – Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois

Em 23 de Maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois - Alterações à IAS 12 para esclarecer a aplicação da IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento aos impostos sobre o rendimento decorrentes da legislação fiscal aprovada ou substancialmente aprovada para implementar as regras modelo Pilar Dois da OCDE.

As alterações introduzem:

- Uma excepção temporária obrigatória à contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras modelo Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afectadas para ajudar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender a exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pilar Dois decorrente dessa legislação, especialmente antes da sua data de vigência.

A excepção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – aplica-se imediatamente. Os demais requisitos de divulgação aplicam-se aos períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

A Sociedade não registou alterações significativas na adopção da presente alteração.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de Janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam:

- a. especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório e tem de ser substantivo;
- b. esclarecer que os rácios que a empresa deve cumprir após a data do balanço (ou seja, rácios futuros) não afectam a classificação de um passivo na data do balanço. No entanto, quando passivos não correntes estão sujeitos a rácios futuros, as empresas têm de divulgar informação que permita aos utilizadores a compreender o risco de que esses passivos possam ser reembolsados dentro de 12 meses após a data do balanço.; e
- c. esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais (ex: dívida convertível).

Esta alteração é efectiva para períodos após 1 de Janeiro de 2024.

A Sociedade encontra-se a avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

Passivo de locação numa transacção de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)

(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O IASB emitiu em Setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contabilístico para pagamentos variáveis numa transacção de venda e relocação.

As alterações confirmam que:

- No reconhecimento inicial, o vendedor - locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transacção de venda e relocação.
- Após o reconhecimento inicial, o vendedor - locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém.

Um vendedor - locatário pode adoptar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.

As alterações são efectivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.

De acordo com a IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, um vendedor - locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transacções de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transacções de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.

A Sociedade encontra-se a avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efectivas para o Grupo/Entidade

Alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

Em 25 de Maio de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou Acordos de Financiamento de Fornecedores com alterações à IAS 7 - Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Divulgações de Instrumentos Financeiros.

As alterações referem-se aos requisitos de divulgação relativos a acordos de financiamento de fornecedores - também conhecidos como financiamento da cadeia de fornecimento, financiamento de contas a pagar ou acordos de factoring com recurso.

Os novos requisitos complementam aqueles já incluídos nas normas IFRS e incluem divulgações sobre:

- Termos e condições de acordos de financiamento de fornecedores;
- Os montantes das responsabilidades objecto de tais acordos, em que parte deles os fornecedores já receberam pagamentos dos financiadores e em que rubrica essas responsabilidades são apresentadas no balanço;
- Os intervalos de datas de vencimento; e
- Informações sobre risco de liquidez.

As alterações são efectivas para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2024.

A Sociedade encontra-se a avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio : Falta de Convertibilidade

Em 15 de Agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu Falta de Convertibilidade (Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio) (as alterações).

As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade.

Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma empresa é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a empresa tem que estimar uma taxa de câmbio à vista.

De acordo com as alterações, as empresas terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:

- a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível;
- a taxa de câmbio à vista utilizada;
- o processo de estimativa; e
- os riscos para a empresa porque a moeda não é convertível.

As alterações aplicam-se aos períodos de relato anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2025. A aplicação antecipada é permitida.

A Sociedade encontra-se a avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

22. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Até à presente data, não ocorreu qualquer evento relevante, considerado material, com impacto na actividade da Sociedade Gestora.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Invest Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 6.434.816 euros e um total de capital próprio de 5.991.153 euros, incluindo um resultado líquido de 1.093.236 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Invest Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetarmos uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

23 de fevereiro de 2024

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Sociedade registada na OROC sob o n.º 68 e CMVM sob o n.º 20161404
representada por João António de Carvalho Careca
registado na OROC sob o n.º 849 e CMVM sob o n.º 20160473

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2023**

Exmos. Senhores Accionistas da

Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Geral e de Supervisão da **Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração Executivo da **Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

No âmbito das nossas funções, foram desenvolvidos contactos com o Conselho de Administração Executivo, bem como obtidos esclarecimentos e recolhida informação junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de Dezembro de 2023, efectuando as análises julgadas convenientes desde o momento da nossa nomeação de forma a desenvolver um entendimento razoável sobre a actividade da **Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.**

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta

representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas, apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração Executivo, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração do rendimento integral e os correspondentes Anexos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal das Contas da Sociedade, sem reservas e sem ênfases, emitida pela Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, LDA., com data de 23 de Fevereiro de 2024, e com cujo teor concordámos.

Do Conselho de Administração Executivo e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2023;

- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das nossas funções pelo Conselho de Administração Executivo da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 06 de Março de 2024

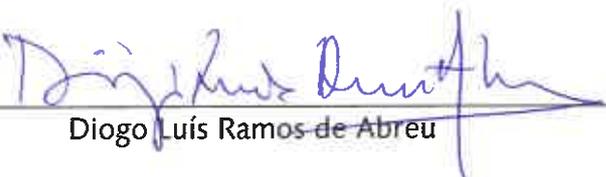
O Conselho Geral e de Supervisão



Luís Alberto Monsanto Póvoas Janeiro



Sara Maria Fernandes Alves



Diogo Luís Ramos de Abreu